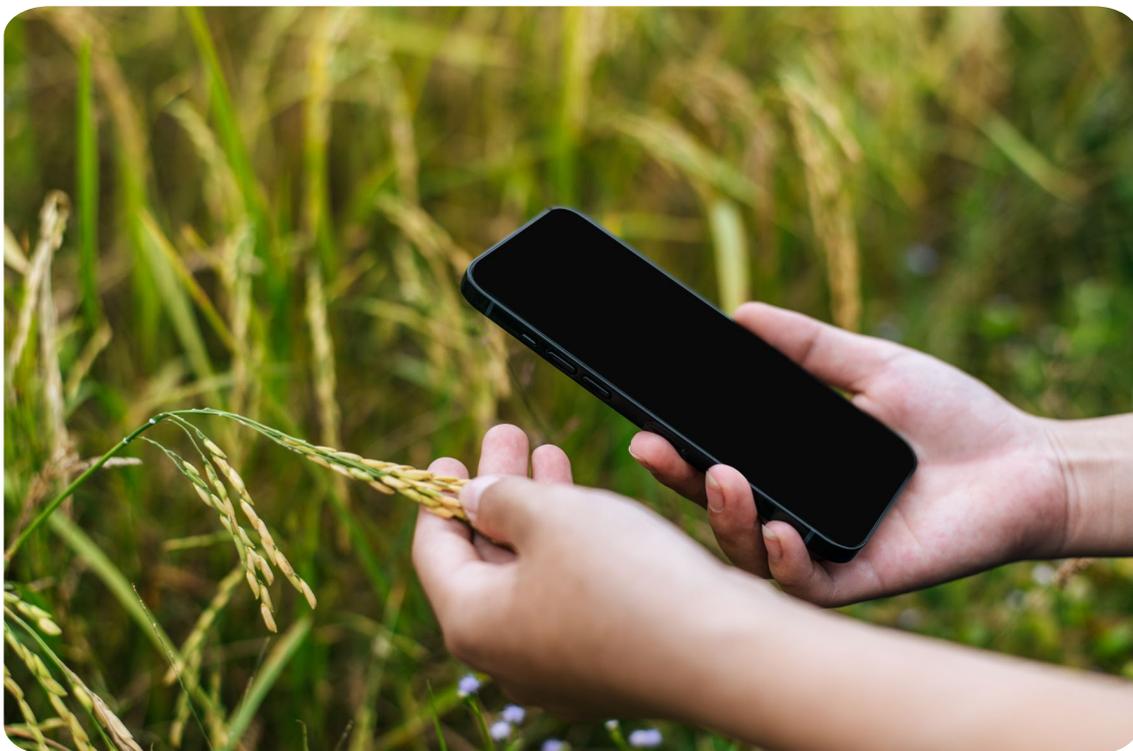




CÁTEDRA ITINERANTE
INCLUSÃO
PRODUTIVA RURAL

Newsletter Janeiro/2023



Você está recebendo a primeira edição da Newsletter Cátedra Itinerante "Inclusão Produtiva no Brasil Rural e Interiorano". Aqui você encontrará notícias e informações sobre políticas e experiências de inclusão produtiva no Brasil e as ações dos parceiros e apoiadores da Cátedra.

Nesta publicação de estreia, vamos destacar o trabalho desenvolvido pelas organizações que estão sediando a Cátedra em 2022/2023, vamos apresentar os vencedores do 1º Prêmio Ignacy Sachs sobre Inclusão Produtiva Rural, traremos informações sobre o lançamento do Policy Brief Digitalização, Acesso a Mercados Alimentares e Inclusão Produtiva e ao final uma entrevista exclusiva com Janine Mello, atualmente pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e que possui ampla experiência na gestão de programas e políticas públicas de inclusão produtiva rural no Brasil.

CONHEÇA AS ORGANIZAÇÕES-SEDE DA CÁTEDRA 2022/2023

A **Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)** será sede da Cátedra IPR para conduzir o projeto de pesquisa intitulado *Políticas públicas de compras de alimentos como estratégia de inclusão produtiva rural e construção de sistemas alimentares sustentáveis*. A pesquisa conta ainda com a participação de pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), entre outras organizações. Um dos principais objetivos do projeto é construir um observatório voltado para as compras públicas, uma vez que existem poucas informações acerca da quantidade de recursos que são gastos com essas políticas. O observatório, nesse sentido, terá o papel de subsidiar o poder público, a sociedade civil e a academia com informações que colaborem para a ampliação das compras públicas

como instrumento de inclusão produtiva e para a construção de sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis.

A **Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas (Amefa)** também sediará a Cátedra IPR este ano, o projeto em curso leva o título de *Produção de caderno didático para potencializar planos de estudos na perspectiva da conservação do Cerrado, como itinerário formativo integrador do currículo dos Centros Educativos Familiares de Formação por Alternância (Ceffas)*. A Amefa conta também com o apoio da União Nacional de Escolas Família Agrícolas do Brasil (Unefab), rede na qual participa. O principal objetivo do projeto é a sistematização de conhecimento sobre como inserir conteúdos de Inclusão Produtiva com foco no bioma do Cerrado, nos currículos de jovens que passam pela experiência educacional nas escolas família. O foco no Cerrado se justifica pela sua importância socioeconômica e ambiental, sendo um dos biomas mais afetados pelo avanço da produção extensiva de soja e da pecuária bovina.

Já a **Rede Brasileira de Pesquisa e Gestão em Desenvolvimento (Rete)** será sede da Cátedra IPR para conduzir o projeto *Produção Rural Inclusiva e Sistemas Alimentares (Prisma): apontando caminhos para promoção de nichos de inovação*. O projeto visa aprofundar estudos sobre o papel dos nichos de inovação, enquanto elementos chaves nas transformações nos territórios rurais em direção à sustentabilidade. Nessa pesquisa, ressalta-se a inclusão produtiva rural não somente pelo lado econômico (renda e trabalho), mas também considerando o conhecimento dos grupos vulneráveis e suas estratégias.

Por fim, a **Universidade de Brasília (UnB)** será sede da Cátedra para conduzir o projeto intitulado: *Reforçar o Desenvolvimento Sustentável dos Territórios através das Indicações Geográficas (IGs)*. A pesquisa será realizada em parceria com a Univille, a EPAGRI/SC, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e o Profnit de Florianópolis, e contará com a participação de estudantes da “École Supérieure d’Agronomie d’Angers (França), assim como de produtores, associações e cooperativas. A pesquisa terá como objetivo aumentar a compreensão do potencial das Indicações Geográficas para as estratégias de inclusão produtiva rural e promoção do desenvolvimento sustentável. Espera-se gerar subsídios para desenvolver uma política nacional de Indicações Geográficas que favoreça a inclusão de um maior número de pequenos produtores em condições dignas na produção agrícola e na preservação dos patrimônios culturais, incluindo os alimentares.

Saiba mais em: cebrapsustentabilidade.org





O Prêmio Ignacy Sachs sobre Inclusão Produtiva Rural é um prêmio inédito criado pela Cátedra para reconhecer o mérito dos melhores trabalhos acadêmicos produzidos no Brasil sobre inclusão produtiva rural, em três modalidades: Melhor Dissertação de Mestrado; Melhor Tese de Doutorado; Melhor Artigo Científico (publicado ou inédito). Conheça os vencedores desta primeira edição:

Thor Saad Ribeiro, mestre pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), ganhou o prêmio na modalidade Melhor Dissertação de Mestrado com a pesquisa “Convivência com o Semiárido: a construção de um desenvolvimento camponês”.

Anderson Luís do Espírito Santo, doutor pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), recebe o Prêmio pela melhor tese de doutorado intitulada “No rural tem inovação social!” Um estudo em dois assentamentos rurais na zona fronteira Brasil-Bolívia”.

Zilma Borges, Caio Momesso, Raoni Fernandes Azerêdo e Eduardo Vivian da Cunha são os vencedores pela modalidade melhor artigo científico, com o título “Arranjos Multiatores para a Inclusão Produtiva Rural: Agriculturas do Sertão e da Floresta”.

Os trabalhos serão publicados em breve e a premiação será durante o evento de lançamento do Relatório 2023 da Cátedra Itinerante, previsto para acontecer em abril.

FIQUE DE OLHO!



A Cátedra Itinerante lançou o **Policy Brief Digitalização, Acesso a Mercados Alimentares e Inclusão Produtiva**. Esta publicação traz reflexões sobre o que é a digitalização dos sistemas agroalimentares e destaca as plataformas digitais para comercialização de produtos da agricultura familiar. Apresenta ainda números sobre as condições desiguais de aproveitamento da onda atual de digitalização, e aponta caminhos para gerar oportunidades de inclusão em mercados digitais.

Confira o Policy Brief completo [aqui](#)

ENTREVISTA



Janine Mello fala sobre os desafios e perspectivas para inclusão produtiva no Brasil

A convergência de ações e uma melhor articulação de atores nas diversas esferas governamentais e privadas estão entre os principais desafios apontados pela cientista política Janine Mello para que a inclusão produtiva avance nos próximos anos no Brasil, com mais eficiência e resultados duradouros. Nesta entrevista, realizada em dezembro de 2022, Janine Mello, que foi uma das responsáveis por estruturar o Programa de Inclusão Produtiva do Plano Brasil Sem Miséria e que lançou, em 2019, o livro [Estratégias de superação da pobreza no Brasil e impactos no meio rural](#), discute as perspectivas para o próximo período. Ela enfatiza a necessidade de estabelecer estratégias de trabalho para a reconstrução e reativação de políticas centrais focadas no apoio à produção agrícola, na garantia de segurança alimentar e nutricional, inclusão social e econômica, bem como na preservação ambiental. Janine, que faz parte do Comitê de Acompanhamento da Cátedra Itinerante, aborda também a pesquisa sobre capacidades estatais que vem sendo desenvolvida em uma parceria da Cátedra junto ao Consórcio Nordeste. Boa leitura!

CIPR: À luz da sua experiência no governo federal e como pesquisadora, o que você avalia que são os principais desafios dos governos nos próximos quatro anos para avançar a inclusão produtiva rural?

JM: A agenda de inclusão produtiva tem um caráter intersetorial e, apesar de ter ganhado espaço no escopo das estratégias de redução da pobreza, ainda é marcada pela dispersão de esforços e pela desarticulação entre iniciativas realizadas por diferentes atores e instituições. No caso da inclusão produtiva rural existem ações executadas tanto pelas áreas de desenvolvimento agrário, quanto de segurança alimentar e nutricional e de desenvolvimento regional com foco em diferentes públicos (agricultores familiares, assentados, povos e comunidades tradicionais, entre outros) que não, necessariamente, ocorrem de maneira convergente e articulada. Essa dificuldade também é observada em iniciativas voltadas para áreas urbanas. Nesse sentido, um dos grandes desafios é que haja uma estruturação estratégica da agenda de inclusão produtiva rural e urbana viabilizando a ação coordenada entre diferentes áreas governamentais, setor privado e sociedade civil e permitindo assim maior eficiência e efetividade na aplicação dos recursos, resultados duradouros e melhoria das condições de vida da população de baixa renda.

CIPR: Muito tem se falado sobre a retomada de programas e estruturas de ministérios de governos anteriores. Algumas organizações também têm indicado a necessidade de inovar. No seu entendimento o que deveria ser retomado? E onde você acredita que deveria haver inovações?

JM: Após um processo de intenso desmonte na esfera federal em que várias políticas voltadas para o meio rural, em especial aquelas voltadas à população mais pobre, foram descontinuadas, paralisadas ou subfinanciadas, há um trabalho imenso de reconstrução de instrumentos pela frente. Apesar disso, é crucial que o governo eleito seja capaz de avançar e inovar em múltiplas frentes. Em relação às estratégias de Inclusão produtiva rural isso não será diferente. Além da reativação de políticas centrais focadas no apoio à produção agrícola, na garantia de

segurança alimentar e nutricional, no acesso à infraestrutura de água e luz, na ampliação do crédito, assistência técnica e canais de comercialização, será necessário aprimorar os esforços de coordenação e articulação evitando assim lacunas de cobertura e fragmentação de ações.

É estratégico avançar em agendas ainda subaproveitadas como o fomento a oportunidades não agrícolas em áreas rurais como alternativas de geração de emprego e renda para a população do campo, assim como no desenho de estratégias de inclusão produtiva mais efetivas junto aos povos e comunidades tradicionais e no aprofundamento da interlocução entre inclusão social e econômica e preservação ambiental.

CIPR: Que conhecimento e capacidades você considera fundamentais para que essas inovações possam de fato ocorrer?

JM: O foco nesse momento, contemplado, inclusive, pela atuação do gabinete de transição, é a elaboração do diagnóstico sobre a situação atual das diversas áreas de políticas públicas apontando desafios, riscos e medidas a serem encaminhadas de maneira imediata pelo próximo governo em 2023.

A partir desse levantamento, será possível dar início à remontagem das estruturas ministeriais e de equipes técnicas qualificadas capazes de responder de maneira ágil e adequada aos desafios de cada área, assim como a reestruturação de processos e rotinas burocrático-administrativos que viabilizem a retomada de políticas e programas e o reestabelecimento das condições mínimas de financiamento de cada setor. De maneira concomitante a esse esforço de reorganização, cada área precisará definir seus principais eixos de ação e prioridades, orientadas não apenas pelos esforços de reconstrução do arcabouço de políticas já existente, mas também pela necessidade de apresentar soluções novas para problemas ainda não resolvidos ou para questões que voltam a se apresentar como urgentes, como o retorno da fome e a necessidade de diversificar as oportunidades econômicas para a população em situação de pobreza.

No caso específico da inclusão produtiva rural será crucial garantir o diálogo e a articulação entre os diferentes ministérios responsáveis pelas ações nessa área como MDS, MDA, MDR e MMA visando reduzir a sobreposição de ações, a disputa entre agendas que são complementares e eventuais lacunas de atendimento. A ampliação da escala e a sustentabilidade da melhoria das condições de vida da população de baixa renda do campo depende da elaboração de uma estratégia capaz de articular as demandas dos diferentes territórios do país de acordo com suas especificidades locais, culturais, identitárias e socioeconômicas. Sem um esforço nesse sentido, perderemos a oportunidade de potencializar os impactos do conjunto de ações e políticas voltadas para a criação de oportunidades de geração de renda para a população de baixa renda no meio rural.

CIPR: Atualmente você está conduzindo uma pesquisa em parceria com a Cátedra junto ao Consórcio Nordeste sobre capacidades estatais. Você pode contar um pouco mais sobre o que está sendo feito e como isso pode contribuir para os governos nos próximos anos?

JM: A pesquisa tem como principal objetivo mapear as capacidades institucionais

instaladas nos governos estaduais para promover ações de desenvolvimento rural que visam ampliar a inclusão social e a sustentabilidade ambiental. A partir disso, serão sistematizados os desafios observados na região e possíveis formas de fortalecer essas capacidades no curto e médio prazo. Para isso, o Consórcio Nordeste tem nos apoiado na articulação com os estados da região nas diferentes etapas da pesquisa. Passado o período eleitoral e de formação dos novos governos eleitos na região, os próximos passos serão a aplicação de um survey com servidores estaduais que atuam em ações voltadas ao desenvolvimento rural e ao público da agricultura familiar de maneira mais ampla.

A expectativa é de que, contando com o envolvimento dos nove estados da região, seja possível construir um diagnóstico inédito sobre as capacidades institucionais voltadas ao tema da inclusão produtiva rural no Nordeste e planos de ação que subsidiem uma nova geração de políticas voltadas à melhoria da inserção econômica e social da população rural de baixa renda na região.



Fale conosco: sustentabilidade@cebrap.org.br
